

JOÃO ALBERTO ALVES AMORIM

Água Direito das Águas

O Regime Jurídico da
Água Doce no Direito
Internacional e no
Direito Brasileiro

2ª Edição
Revista e Ampliada

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2015

© 2014 by Editora Atlas S.A.

A primeira edição foi publicada pela Editora Lex; 2. ed. 2015

Capa: Zenário A. de Oliveira

Composição: Formato Serviços de Editoração Ltda.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Amorim, João Alberto Alves

Direito das águas: o regime jurídico da água doce no direito internacional e no direito brasileiro / João Alberto Alves Amorim.

– 2. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-9688-4

ISBN 978-85-224-9689-1 (PDF)

1. Água doce – Leis e legislação
2. Água doce – Leis e legislação – Brasil
3. Direito de águas I. Título.

14-13079

CDU-347.247

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito de águas 347.247

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

SUMÁRIO

Lista de siglas e abreviaturas, xi

Prefácio à segunda edição, xv

Prefácio à primeira edição, xxi

1 A Água Doce e suas Dimensões, 1

1.1 Água: dimensões, acepções e simbologia, 1

1.1.1 Água: sua Função e Valor Socioculturais, 1

1.1.2 Água: noções gerais de seu conceito e sua disponibilidade, 5

1.1.3 Água: seus estados naturais, suas definições e classificações jurídicas, 6

1.2 Hidrologia, 19

1.2.1 O ciclo hidrológico, 19

1.2.2 O ciclo hidrossocial, 21

1.2.3 Água virtual, 23

1.2.4 O conceito de pegada hídrica, 24

1.3 Rios e bacias hidrográficas, 25

1.4 Princípios jurídicos de gestão hidrológica, 29

Notas, 36

2 O Tratamento Jurídico da Água Doce no Direito Internacional do Meio Ambiente e no Direito da Proteção Internacional da Pessoa Humana, 48

2.1 A vida e a dignidade da pessoa humana e sua proteção pelo direito internacional público, 48

2.1.1 Direito: relação jurídica e regime jurídico, regime jurídico internacional. Noções gerais, 48

2.1.2 Direito interno e Direito internacional, 58

2.1.2.1 As fontes de direito internacional público, 62

2.1.3 A proteção internacional da pessoa humana e a emergência do direito internacional do meio ambiente, 66

2.1.3.1 A proteção internacional da pessoa humana, 66

- 2.1.3.2 A emergência do direito internacional do meio ambiente, 74
- 2.2 A crise hídrica mundial, 84
- 2.3 A tutela jurídica da água doce pelo direito internacional público, 94
 - 2.3.1 O direito internacional fluvial, 94
 - 2.3.2 O direito internacional das águas doces, 105
- 2.4 O reconhecimento do direito de acesso à água doce como direito humano fundamental, 114
- Notas, 126
- 3 O Tratamento Jurídico da Água Doce no Direito Internacional Econômico, 163**
 - 3.1 Formação e evolução do direito internacional econômico, 163
 - 3.1.1 O Fundo Monetário Internacional, 165
 - 3.1.2 O Banco Mundial, 167
 - 3.1.2.1 O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, 168
 - 3.1.2.2 A Associação Internacional de Desenvolvimento, 169
 - 3.1.2.3 A Corporação Financeira Internacional, 169
 - 3.1.2.4 A Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais, 170
 - 3.1.2.5 O Centro Internacional de Solução de Controvérsias sobre Investimentos, 170
 - 3.1.2.6 A mudança de postura na atuação do Banco Mundial, 172
 - 3.1.2.7 A posição do Banco Mundial sobre a água doce, 175
 - 3.1.3 O GATT, 179
 - 3.1.4 O sistema da Organização das Nações Unidas e a multiplicação de organizações internacionais de natureza econômica, 183
 - 3.1.4.1 A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), 184
 - 3.1.4.2 Desenvolvimento econômico e padrões de produção, 191
 - 3.1.4.3 A divisão global por níveis de desenvolvimento econômico e o papel dos organismos econômicos internacionais na manutenção destes níveis, 194
 - 3.1.4.4 A Organização Mundial do Comércio, 196
 - 3.2 A água considerada como mercadoria e a repercussão dessa perspectiva nas normas de direito internacional econômico, 201
 - 3.2.1 A água doce como *mercadoria*, 202
 - 3.2.2 O comércio de serviços e os serviços ligados à água doce, 207
 - 3.2.3 As grandes corporações ligadas ao comércio da água doce, 211
 - Notas, 214

- 4 A Disciplina Jurídica da Água Doce no Direito Estrangeiro, 232**
 - 4.1 A formação das fronteiras do Brasil, 234
 - 4.2 Uruguai, 235
 - 4.3 Argentina, 238
 - 4.4 Paraguai, 248
 - 4.5 Bolívia, 249
 - 4.6 Peru, 253
 - 4.7 Colômbia, 255
 - 4.8 Venezuela, 257
 - 4.9 Guiana, 259
 - 4.10 Suriname, 260
 - 4.11 Guiana Francesa, 260
 - Notas, 263

- 5 O Tratamento Jurídico da Água Doce no Brasil, 270**
 - 5.1 O Brasil e sua disponibilidade hídrica, 270
 - 5.2 A formação do regime jurídico das águas doces e da proteção ambiental no Brasil, 273
 - 5.2.1 Do descobrimento ao começo do século XX, 273
 - 5.2.2 A mudança de paradigma normativo: do Código de Águas de 1934 à política nacional do meio ambiente, 278
 - 5.2.3 Da Constituição de 1988 aos dias atuais, 287
 - 5.3 Os princípios e comandos constitucionais ligados à gestão hidrológica e a repercussão da transformação do regime jurídico da água doce no direito internacional público, 306
 - 5.4 A Política Nacional de Recursos Hídricos e seus Instrumentos, 311
 - 5.5 A gestão hidrológica no Brasil, 323
 - 5.6 A tutela jurídica da água doce no Estado de São Paulo, 328
 - 5.7 A crise hídrica de São Paulo de 2013/2014, 332
 - 5.7.1 O começo: o surgimento dos primeiros sistemas de captação e distribuição de água na cidade de São Paulo, 334
 - 5.7.2 O meio: a formação do sistema Cantareira Atual, 338
 - 5.7.3 A crise de 2013/2014 e os alertas governamentais e científicos, 339
 - 5.7.4 O fim: interesses corporativos, mercantilização e escassez, 346
 - Notas, 354

- 6 Considerações Finais, 376**
 - Notas, 384

- Bibliografia, 385*